



DE 5 A 9 JUNHO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 536/XIII](#)

Estabelece a obrigatoriedade de informação ao consumidor, na fatura da água, sobre dados relativos à qualidade da água para consumo e ao encaminhamento de resíduos para operações de gestão, procedendo à alteração do Decreto-Lei nº 114/2014, de 21 de julho

Autoria: PEV

[Projeto de Lei 539/XIII](#)

Alarga a abrangência das regras de rotulagem para os alimentos geneticamente modificados

Autoria: PEV

[Projeto de Lei 540/XIII](#)

Reforça regras de proteção contra a exposição aos campos eletromagnéticos derivados de linhas de muito alta tensão, alterando a Lei nº 30/2010, de 2 de setembro

Autoria: PEV

[Projeto de Lei 542/XIII](#)

Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho

Autoria: PEV

[Projeto de Lei 543/XIII](#)

Cria um incentivo fiscal à utilização da bicicleta

Autoria: PEV

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Lei 544/XIII](#)

8.ª Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 31/87, de 3 de outubro, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 1/2004, de 15 de janeiro, n.º 2/2006, de 17 de abril, n.º 1/2013, de 29 de julho, n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho

Autoria: PS

[Projeto de Lei 548/XIII](#)

Altera a Lei da Nacionalidade

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 550/XIII](#)

Altera o Código do Trabalho e o Código de Processo do Trabalho, introduzindo alterações no regime da presunção de contrato de trabalho e do contrato a termo certo resolutivo

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 551/XIII](#)

Lei das Finanças Locais

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 552/XIII](#)

Consagra o dever de desconexão profissional e reforça a fiscalização dos horários de trabalho, procedendo à 15.ª alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 7 de fevereiro

Autoria: BE

[Projeto de Lei 553/XIII](#)

Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego (15.ª alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)

Autoria: BE

[Projeto de Lei 554/XIII](#)

Restringe o recurso ao trabalho temporário e combate o falso trabalho temporário

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 921/XIII](#)

Prevenção e combate do cyberbullying

Autoria: PEV

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 925/XIII](#)

Recomenda a eliminação das rendas excessivas nos chamados custos de manutenção do equilíbrio contratual

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 926/XIII](#)

Recomenda ao Governo que o montante que vier a ser determinado no ajustamento final dos custos para manutenção do equilíbrio contratual reverta para abatimento às tarifas de eletricidade do ano 2018 e seguintes

Autoria: PS

 **AMBIENTE**

[Decreto-Lei n.º 61/2017 - Diário da República n.º 112/2017, Série I de 2017-06-09](#)

Ambiente

Estabelece o regime jurídico da utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo as Diretivas Delegadas (UE) [2016/585](#), [2016/1028](#) e a [2016/1029](#)

 **ENERGIA**

[Decreto-Lei n.º 60/2017 - Diário da República n.º 112/2017, Série I de 2017-06-09](#)

Economia

Projeto de decreto-lei que estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, transpondo a [Diretiva n.º 2014/94/UE](#)

 **ESTRADA**

[Resolução da Assembleia da República n.º 98/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05](#)

Assembleia da República

Classificação das scooters de mobilidade para permitir o seu acesso aos transportes de passageiros

 **FINANCEIRO**

[Resolução da Assembleia da República n.º 105/2017 - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a ponderação das conclusões das comissões parlamentares de inquérito no quadro da transposição da Diretiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros e da Reforma do Modelo de Supervisão do Setor Financeiro

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2017 - Diário da República n.º 111/2017, Série I de 2017-06-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Avalia o Programa Capitalizar e aprova medidas adicionais

BANCO DE PORTUGAL

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Estabilidade Financeira de junho de 2017](#)

[Divulgação das taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 3.º trimestre de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Emissões de títulos - abril de 2017](#)

Instruções

[Instrução \(Histórico\) n.º 8/2017](#)

Divulga, para o 3.º trimestre de 2017, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL n.º 133/2009, de 02-06.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Estatísticas trimestrais sobre day-trading - 1º trimestre de 2017](#)

 **FISCAL**

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-Circulado n.º 30191/2017, de 08/06 - IVA - Lugar das Prestações de Serviços Relacionadas com Bens Imóveis.](#)

 **LIVRO DE OBRA ELETRÓNICO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à criação do livro de obra eletrónico e à extinção da Ficha Técnica de Habitação

 **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2017**

[Decreto-Lei n.º 55/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05](#)

Finanças

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 25/2017](#), de 3 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017

 **PENAL**

[Resolução da Assembleia da República n.º 100/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a apresentação de um novo Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação e a avaliação da eficácia da pulseira eletrónica no âmbito do crime de violência doméstica

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Resolução da Assembleia da República n.º 101/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a programação, sensibilização e desburocratização do combate à violência doméstica

[Resolução da Assembleia da República n.º 107/2017 - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de medidas de prevenção e combate à violência doméstica

[Resolução da Assembleia da República n.º 115/2017 - Diário da República n.º 110/2017, Série I de 2017-06-07](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de medidas de prevenção e combate a situações de violência



PREVIDENCIAL

[Resolução da Assembleia da República n.º 97/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que o subsídio de desemprego não possa ser inferior ao Indexante dos Apoios Sociais



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE – PDR 2020

[Portaria n.º 189/2017 - Diário da República n.º 110/2017, Série I de 2017-06-07](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Procede à segunda alteração da [Portaria n.º 201/2015](#), de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da operação n.º 3.4.2, «Melhoria da eficiência dos regadios existentes», inserido na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

 **TMT**

[Decreto-Lei n.º 57/2017 - Diário da República n.º 112/2017, Série I de 2017-06-09](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime da disponibilização no mercado, da colocação em serviço e da utilização de equipamentos rádio, transpondo a [Diretiva n.º 2014/53/UE](#)

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Acordo informal sobre o mecanismo "WiFi4EU"](#)

Conselho da União Europeia e Parlamento Europeu chegaram a acordo a 29.05.2017.
06.06.2017

[Início do procedimento regulamentar relativo aos requisitos a observar pelos prestadores de serviços de comunicações nos seus procedimentos de tratamento de reclamações de consumidores e demais utilizadores finais](#)

Contributos e sugestões para a elaboração do Regulamento podem ser enviados até 22.06.2017.
07.06.2017

[Projeto de regulamento de alteração do Regulamento da Portabilidade](#)

Aprovado por decisão da ANACOM de 05.06.2017.
09.06.2017

 **TRABALHO E EMPREGO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017 - Diário da República n.º 112/2017, Série I de 2017-06-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define os critérios, procedimentos e indicadores a observar para a emissão de portarias de extensão de convenção coletiva

TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS

[Declaração de Retificação n.º 16/2017 - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06](#)

Justiça

Declaração de Retificação à [Portaria n.º 170/2017](#), de 25 de maio, que procede à primeira alteração à [Portaria n.º 280/2013](#), de 26 de agosto, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 101, de 25 de maio de 2017

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2017/A - Diário da República n.º 110/2017, Série I de 2017-06-07](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2017/M - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 16/2017/M - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 23/96/M](#), de 7 de setembro, que regula o acompanhamento e apreciação pela Assembleia Legislativa Regional da participação da Região no processo de construção da União Europeia

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Mercados grossistas de itinerância

Regulamento (UE) 2017/920 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que [altera o Regulamento \(UE\) n.º 531/2012 no que respeita às regras aplicáveis aos mercados grossistas de itinerância](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Economia Portuguesa

Decisão (UE) 2017/985 do Conselho, de 8 de agosto de 2016, que [notifica Portugal no sentido de adotar medidas para a redução do défice considerada necessária para obviar à situação de défice excessivo](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2017/953 da Comissão, de 6 de junho de 2017, que [estabelece normas técnicas de execução no que se refere ao formato e ao calendário das comunicações das posições por parte de empresas de investimento e operadores de mercado das plataformas de negociação, nos termos da Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos mercados de instrumentos financeiros](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/954 da Comissão, de 6 de junho de 2017, relativo [à extensão dos períodos de transição relacionados com os requisitos de fundos próprios para posições em risco sobre contrapartes centrais previstos nos Regulamentos \(UE\) n.º 575/2013 e \(UE\) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Atos preparatórios

Posição (UE) n.º 4/2017 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a [adoção da diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal](#) Adotada pelo Conselho em 25 de abril de 2017

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 4/2017 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a [adoção da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Perguntas e Respostas: O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento](#)

O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento é uma visão e um quadro de ação comuns para a cooperação para o desenvolvimento, referentes à União Europeia (UE) e aos seus Estados-Membros. Trata-se de um modelo que alinha a política de desenvolvimento da União com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento — UE e Estados-Membros assinam estratégia conjunta para erradicar a pobreza](#)

A União Europeia e os seus Estados-Membros assinaram um plano estratégico que traça as grandes linhas do futuro da política europeia de desenvolvimento. O Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento representa uma nova visão coletiva e um novo plano de ação para erradicar a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável.

[Realização da União dos Mercados de Capitais com base nos progressos alcançados numa primeira etapa](#)

A Comissão toma novas medidas para levar avante a União dos Mercados de Capitais (UMC), um projeto central da Comissão Juncker para dinamizar o emprego e o crescimento na Europa.

[Comissão saúda a decisão tomada por 20 Estados-Membros de criar uma Procuradoria Europeia](#)

No Conselho «Justiça», 20 Estados-Membros chegaram a um acordo político sobre a criação da nova Procuradoria Europeia no âmbito da cooperação reforçada.



CONSELHO DA UE

Branqueamento de capitais

[Regras mais eficazes para combater o branqueamento de capitais – Conselho chega a acordo sobre a sua posição](#)

Diretiva relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal – Conselho adota uma orientação geral (posição do Conselho em primeira leitura).

Cooperação para o desenvolvimento

[Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento – UE e Estados-Membros assinam estratégia conjunta para erradicar a pobreza](#)

As três instituições europeias (Parlamento, Conselho e Comissão) e os Estados-Membros da UE adotaram um novo quadro para a cooperação para o desenvolvimento.

Estrada

[UE fixa nova meta: reduzir para metade o número de feridos graves nas nossas estradas](#)

O Conselho adota conclusões sobre a segurança rodoviária.

Serviços digitais e Telecomunicações

[Portabilidade dos serviços digitais em toda a UE: Conselho adota novas regras](#)

Em 8 de junho de 2017, o Conselho adotou novas regras para garantir a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno.

[Novas regras aplicáveis aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais – Conselho adota a sua posição](#)

Estratégia para o mercado único digital – O Conselho adotou a sua posição sobre a diretiva relativa ao fornecimento de conteúdos digitais.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Maior transparência dos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas – Conselho define posição](#)

A UE está a aumentar a transparência dos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas para fazer descer os preços.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 8 DE JUNHO DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Decreto-lei que unifica o regime da gestão de resíduos;
- Decreto-lei que garante o cumprimento do Protocolo de Nagoya, relativo ao acesso aos recursos genéticos, assegurando a execução do Regulamento (UE) n.º 511/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;
- Diploma que estabelece novas regras que permitem tornar mais eficaz a aplicação em território nacional da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção;
- Decreto regulamentar que designa as autoridades nacionais competentes para efeitos da supervisão dos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento;
- Decreto-lei que assegura a melhor compatibilidade e articulação entre a Lei que proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e a legislação especificamente aplicável à dívida pública.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011